

Publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão

Kasumigaseki 2-2-1, Chiyoda-ku, Tokyo 100-8919, Japão

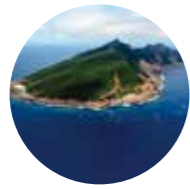
Tel: +81- (0)3-3580-3311

<http://www.mofa.go.jp/>

# As Ilhas Senkaku

A Busca pela Paz Marítima baseada no Estado de Direito,  
não na força nem coerção

Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão



# Índice



(Foto: Governo Metropolitano de Tóquio)



As Ilhas Senkaku  
• Informes básicos

**Parte 1** A Soberania do Japão sobre as Ilhas Senkaku  
• Cronologia dos principais acontecimentos 4

**Parte 2** A História das Ilhas Senkaku  
• A incorporação das ilhas ao território japonês e controle como parte de Okinawa sob o quadro jurídico internacional 6  
• As ilhas Senkaku, consistente e historicamente, um território do Japão, sob o direito internacional 7

**Parte 3** Desafios da China  
• A China e Taiwan começaram a reivindicar a soberania sobre as ilhas após a descoberta de potenciais reservas de petróleo no Mar da China Oriental 8

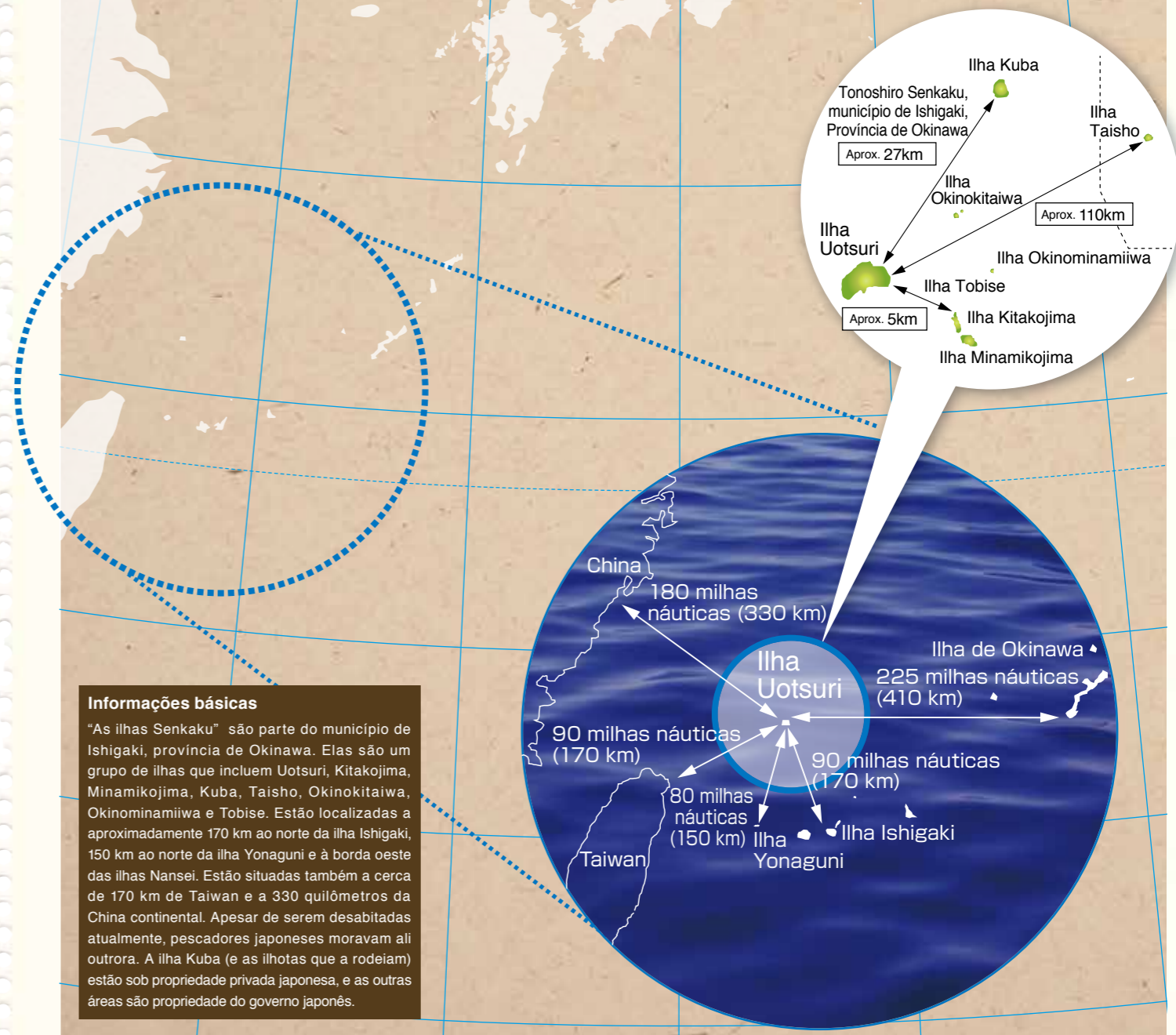
**Parte 4** As alegações infundadas da China e de Taiwan sobre as ilhas 10

**Parte 5** Tentativas unilaterais da China de mudar o status quo 16

Foto da capa: Kyodo News

# As Ilhas Senkaku

As ilhas Senkaku são, indiscutivelmente, uma parte inerente do território do Japão à luz dos fatos históricos, baseando-se no direito internacional. Inexiste qualquer questão de soberania territorial a ser resolvida acerca das ilhas Senkaku. O Japão continua a lutar pela paz e pela estabilidade na região, a serem estabelecidas através da observância do direito internacional.

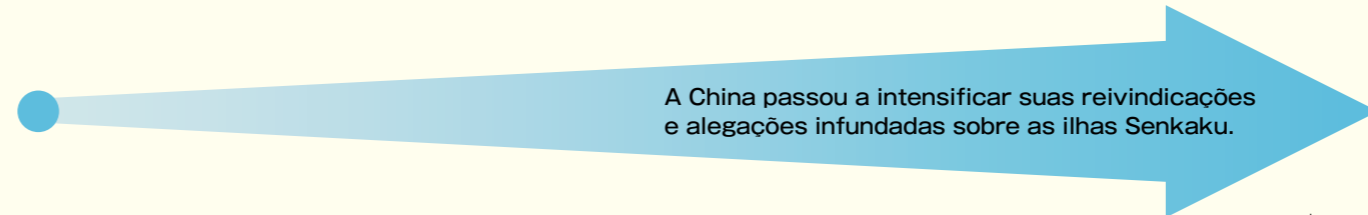


# A Soberania do Japão sobre as Ilhas Senkaku



## Cronologia dos principais acontecimentos

- O Japão veio exercendo o controle efetivo sobre as ilhas Senkaku por mais de 120 anos
- A China começou a reivindicar soberania sobre as ilhas Senkaku e a intensificar suas declarações a partir dos anos 1970



A província de Okinawa iniciou estudos sobre as ilhas Senkaku. Naquela ocasião, o Japão confirmou cuidadosamente o fato de as ilhas Senkaku estarem desabitadas e não estarem submetidas ao controle de qualquer outro Estado.

**1885**

**Maio**  
Uma carta de agradecimento foi enviada pelo cônsul da República da China em Nagasaki, indicando que a China reconhecia as ilhas Senkaku como parte de Okinawa, Japão.

**1920**

**Maio**  
A Comissão Econômica da ONU para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE) realizou uma pesquisa sobre recursos minerais costeiros. O relatório indicou a possibilidade da existência de reservas de petróleo no Mar da China Oriental.

**1969**

**Junho**  
Assinado o Acordo de Devolução de Okinawa. A ata do Acordo incluiu referências à área que abrange as ilhas Senkaku como parte dos territórios a serem devolvidos ao Japão. Taiwan (em junho) e China (em dezembro), afirmaram oficialmente a “soberania territorial” sobre as ilhas pela primeira vez na história.

**1971**

**Dezembro**  
Dois navios pertencente à Administração Oceânica Estatal da China invadiram as águas territoriais do Japão em torno das ilhas Senkaku.

**2008**

**Setembro**  
Invasões das águas territoriais japonesas por parte de navios pertencentes à Administração Oceânica Estatal da China intensificaram-se após a transferência da titularidade das ilhas ao governo japonês. Manifestações anti-nipônicas foram realizadas na China. Invasões do espaço aéreo ocorreram pela primeira vez em dezembro.

**2012**

**Junho**  
Pela primeira vez, um navio de guerra chinês entrou na zona contígua japonesa em torno das ilhas Senkaku.

**Agosto**  
Aproximadamente 200-300 barcos de pesca chineses foram vistos nas águas que circundam as ilhas Senkaku, e seguindo os barcos de pesca chineses, embarcações pertencentes à Polícia Marítima chinesa e outros órgãos chineses também entraram nas águas territoriais do Japão.

**2016**

**1895**  
**Janeiro**  
As ilhas Senkaku foram incorporadas à província de Okinawa através de uma decisão do Gabinete Ministerial. As ilhas foram, desde então, administradas pela província de Okinawa.

**1951**  
**Setembro**  
Foi assinado o Tratado de Paz de São Francisco. As ilhas Senkaku permaneceram como parte do território japonês. Os EUA exerceram seus direitos administrativos sobre as ilhas como parte das ilhas Nansei do Japão. (Artigo 3º)

**1992**  
A China estabeleceu a “Lei sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua”, explicitando pela primeira vez em sua lei a reivindicação infundada segundo a qual as ilhas Senkaku seriam território chinês (o que não fora citada em nenhum trecho, da Declaração de 1958 sobre o Mar Territorial da China).

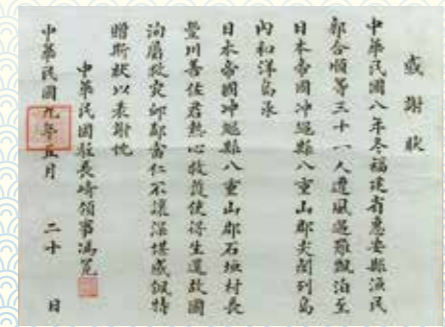
**2010**  
**Setembro**  
Uma traineira de pesca chinesa colidiu com uma embarcação da Guarda Costeira do Japão. Após este incidente, navios pertencentes ao Departamento de Pesca da China e a outros órgãos desse país passaram a invadir as águas em torno das ilhas Senkaku com mais frequência.

**2013**  
**Outubro**  
A China estabeleceu a “Zona de Defesa de Identificação Aérea no Mar da China Oriental”, que estipulava “medidas defensivas emergenciais” por parte das forças armadas chinesas.

**2021**  
**Fevereiro**  
A China promulga a “Lei de Polícia Marítima”. Ela contém disposições que são problemáticas do ponto de vista da coerência com o Direito Internacional.



Uma fábrica de processamento de bonito, administrada por Tatsushiro Koga. (Foto: Sra. Hanako Koga / The Asahi Shimbun Company)



Carta de agradecimento do cônsul da República da China em Nagasaki, emitida em maio de 1920, com uma descrição que reforça a evidência de que a China reconhecia as ilhas Senkaku como parte de Okinawa, Japão. (Museu Yaeyama, cidade de Ishigaki, Okinawa, Japão)



Os direitos administrativos de todas as ilhas situadas dentro da área interna às linhas retas no mapa foram devolvidos ao Japão em 1972, em conformidade com o Acordo de Devolução de Okinawa. As ilhas Senkaku estão incluídas nesta área.



Setembro de 2010: Uma traineira de pesca chinesa colidiu deliberadamente com um navio de patrulha da Guarda Costeira japonesa, ao largo das ilhas Senkaku. (Gravado pela Guarda Costeira do Japão)



23 de abril de 2013: Navios de patrulha da Guarda Costeira do Japão (à direita) em alerta ao monitorar um navio pertencente à Administração Oceânica Estatal da China (frente à esquerda), que havia entrado em águas territoriais japonesas. (Foto: The Asahi Shimbun Company / Jiji Press Photo, Ltd.)



Um navio de patrulha da Guarda Costeira do Japão vigia um navio pertencente ao Departamento de Polícia Marítima da China (ao fundo) (Foto: Guarda Costeira do Japão)

# A História das Ilhas Senkaku



## A incorporação das ilhas ao território japonês e o controle, como parte de Okinawa sob o quadro jurídico internacional

● As ilhas Senkaku têm sido, sustentadamente, parte do território do Japão, tanto historicamente como em conformidade com o direito internacional. Desde 1885, estudos sobre as ilhas Senkaku têm sido realizados pelo governo japonês, através de órgãos da província de Okinawa e outros meios. Através destes estudos, além de se confirmar que as ilhas Senkaku eram desabitadas, não foi encontrado nenhum traço de que as mesmas estivessem estado sob o controle da dinastia Qing (atual China) ou de qualquer outro Estado. Baseando-se nestas cautelosas confirmações, o governo do Japão tomou a decisão, por meio do Gabinete Ministerial, em 14 de janeiro de 1895, de construir demarcações nas ilhas Senkaku e incorporá-las oficialmente ao território nipônico. Este era um método aceito para a devida aquisição de soberania territorial em conformidade com o direito internacional.

Em 1896, um empresário japonês chamado Tatsushiro Koga obteve permissão do governo japonês para desenvolver as ilhas,

e muitos japoneses mudaram-se para lá. Os colonos operaram negócios na fabricação de bonito seco, coleta de penas e outras atividades. As ilhas chegaram a ter mais de 200 habitantes, e o governo aplicou medidas administrativas, tais como levantamentos fundiários e autorização para realizar atividades econômicas nas ilhas.

● Mesmo durante o período de administração dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, os japoneses continuaram envolvidos com as ilhas Senkaku, em pesquisas acadêmicas, na indústria pesqueira e em patrulhas de segurança. Em termos de pesquisas acadêmicas, uma série de estudos de campo detalhados sobre o meio ambiente, como ecossistemas de plantas e animais, têm sido realizados pelo governo japonês, pela província de Okinawa e por pesquisadores de universidades, incluindo a primeira pesquisa acadêmica feita em larga escala pela Universidade de Ryukyu em 1953.



① Um registro cadastral da ilha Uotsuri (anos 1930). Isto mostra que o governo do Japão efetuou atos administrativos nas ilhas Senkaku antes do período da guerra.

② Muitos colonos japoneses viviam nas ilhas Senkaku, fundando uma vila chamada "Vila Koga". (Foto: Sra. Hanako Koga / Asahi Shimbun Company)

③ Pesquisa realizada pela Universidade de Ryukyu, em 1971. Os pesquisadores descobriram o Kuroashi-Ahodori (albatroz-patinegro) na Ilha Kitakojima. (Foto: Sr. Kazuharu Shinjo)

④ Marco administrativo construído sobre uma colina atrás da antiga "Vila Koga", na costa nordeste de Uotsurijima. Não houve protestos por parte da China quando de sua construção em 1969. (Foto: Yoshima Niiro)



## As ilhas Senkaku, consistente e historicamente, um território do Japão, sob o direito internacional

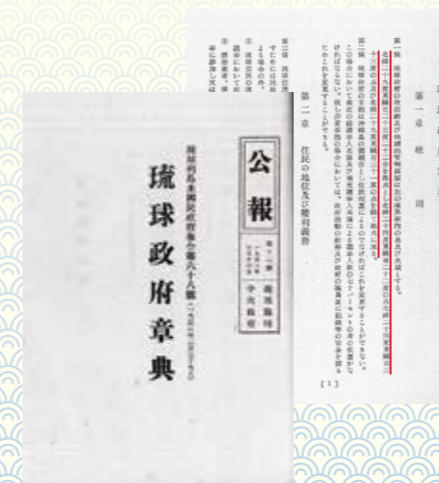
● Após o final da Segunda Guerra Mundial, o território do Japão foi legalmente definido pelo Tratado de São Francisco, que entrou em vigor em 1952. Nos termos deste Tratado, as ilhas Senkaku não foram incluídas nos territórios a que o Japão deveria renunciar e foram colocadas sob a administração dos Estados Unidos, como parte das ilhas Nansei do Japão.

● O fato de as ilhas Senkaku serem parte das ilhas Nansei pode ser reconhecido nas disposições do governo das Ilhas Ryukyu em 1952, que indicam claramente as latitudes e longitudes das ilhas. Além disso, após o Acordo de Devolução de Amami ter sido assinado, a Proclamação Número 27 da Administração Civil, de 25 de dezembro de 1953, mais uma vez identificou oficialmente as ilhas Senkaku, como parte das ilhas Nansei. No entanto, não houve na época nenhum protesto por parte da China alegando as ilhas Senkaku serem "parte de Taiwan".

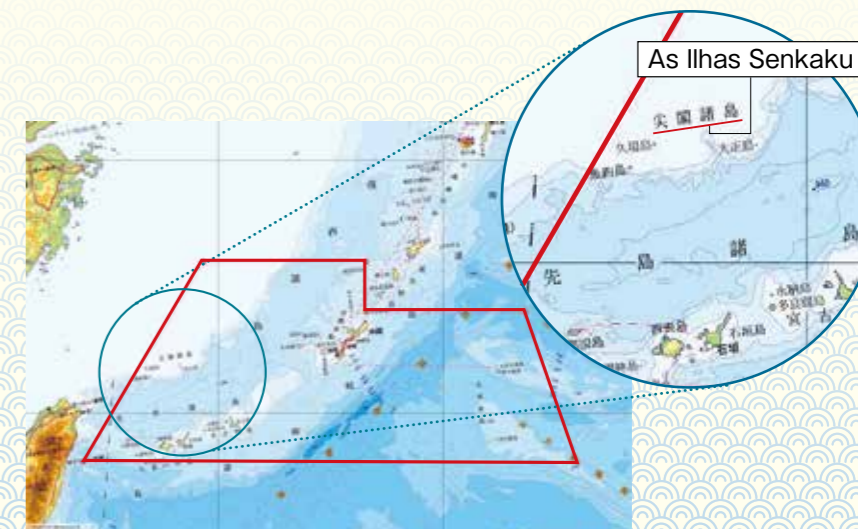
Em 1972, o Acordo de Devolução de Okinawa foi firmado entre o Japão e os Estados Unidos, sobre as ilhas Ryukyu e as ilhas Daito. Este acordo incluiu as ilhas Senkaku na área administrativa, cujos direitos foram revertidos ao Japão. Esses fatos são evidências sólidas de que as ilhas Senkaku fazem parte do território do Japão. Estas têm sido constantemente tratadas como território do Japão em sistemas de ordens pós-guerra e pelo direito internacional.

● Desde 1972, quando os direitos administrativos sobre Okinawa, incluindo as ilhas Senkaku, foram devolvidos ao Japão, o governo japonês tem realizado patrulhas de segurança e fiscalização nos mares em torno das ilhas Senkaku, recolhendo tributos sobre áreas de propriedade privada e gerenciando as áreas públicas de forma adequada. O município de Ishigaki, à qual pertence as Ilhas Senkaku, através de lei municipal estabeleceu o dia 14 de janeiro como "Dia do Debravamento das Ilhas Senkaku" e vem realizando cerimônias comemorativas desde 2011. Em junho de 2020, a Câmara Municipal de Ishigaki aprovou o projeto de lei mudando a denominação do distrito que compõe as Ilhas Senkaku de "Tonoshiro" para "Tonoshiro Senkaku".

Além disso, o Governo do Japão, no intuito de divulgar informações corretas sobre as Ilhas Senkaku, dentro e fora do Japão, de forma oportuna e apropriada, bem como para obter a compreensão e o apoio da comunidade internacional, fundou o "Museu Nacional de Território e Soberania", em janeiro de 2018. E, em janeiro de 2020, o Museu foi transferido e ampliado. Além de realizar exposições espaciais e itinerantes referentes ao Museu, o Governo tem se engajado ativa e eficazmente em campanhas de divulgação, por meio de diversas iniciativas perante as especialistas e em conferências internacionais.



Diário Oficial anunciando as disposições do governo das Ilhas Ryukyu em 1952.



Os direitos administrativos de todas as ilhas situadas dentro das linhas retas no mapa foram devolvidos ao Japão em 1972, em conformidade com o Acordo de Devolução de Okinawa. As ilhas Senkaku estão incluídas nesta área.



## A China e Taiwan começaram a reivindicar a soberania sobre as ilhas após a descoberta de potenciais reservas de petróleo no Mar da China Oriental

- No verão de 1968, as autoridades de Ryukyu reprimiram invasões ilegais de taiwaneses nas águas ao largo das ilhas Senkaku. A pedido do governo japonês, os Estados Unidos efetuaram diligências diplomáticas às autoridades de Taiwan sobre essas incursões. Taiwan declarou, sem reivindicar que as ilhas Senkaku fossem parte de Taiwan, que faria esforços para garantir que isto não ocorresse novamente.
- No outono de 1968, especialistas do Japão, de Taiwan e da República da Coreia realizaram estudos acadêmicos no Mar da China Oriental, com a colaboração da Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE), que indicaram a possibilidade da existência de reservas de petróleo no Mar da China Oriental, atraindo a atenção para as ilhas Senkaku.

mais provável de jazidas de petróleo e gás é uma área de 200.000 quilômetros quadrados, situada a nordeste de Taiwan. Existe alta probabilidade de que a plataforma continental entre Taiwan e o Japão possa ser um dos mais prolíficos reservatórios de petróleo do mundo. Um mapa no relatório descreveu claramente as ilhas como as "ilhas Senkaku".

Após o anúncio dos resultados do estudo, a China e Taiwan passaram a reivindicar a soberania sobre as ilhas pela primeira vez. Nenhum Estado havia feito qualquer reivindicação sobre as Ilhas Senkaku até então.

● Em agosto de 1970, Taiwan começou a manifestar o seu interesse pelas Ilhas Senkaku, o que amplificou em reivindicações infundadas pelas ilhas por parte de Taiwan e China.

Em dezembro de 1970, a agência de notícias estatal chinesa,

Xinhua publicou um artigo descrevendo alegações infundadas da China sobre a soberania das ilhas Senkaku. Finalmente, a soberania sobre as ilhas Senkaku foi declarada oficialmente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan em junho de 1971. Reivindicações similares foram feitas pelo Ministério das Relações Exteriores da China, em dezembro de 1971.

● Após isso, a China e Taiwan não apenas mudaram as suas leis e áreas administrativas, como também alteraram os livros didáticos, mapas e textos geográficos para criarem suas próprias reivindicações de soberania sobre as ilhas Senkaku. No entanto, eles não puderam mudar o fato de que nunca tinham reivindicado a soberania em qualquer momento da história, até o início dos anos 1970. Sendo assim, não há disputas de soberania territorial a serem resolvidas acerca das Ilhas Senkaku.

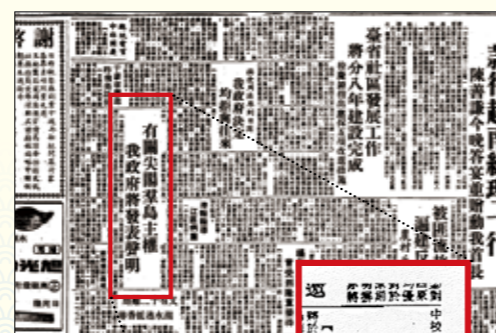
Durante as conversações de cúpula Japão-China, que tiveram

como objetivo a normalização das relações diplomáticas entre os dois países em 1972, o premiê chinês Zhou Enlai mencionou as ilhas Senkaku ao primeiro ministro japonês Kakuei Tanaka, afirmando que "Isto se tornou um problema por causa do petróleo lá fora. Caso não houvesse petróleo, nem Taiwan nem os Estados Unidos fariam disto um problema". A partir disso, ficou claro que o argumento unilateral feito pela China não foi baseado no direito internacional ou na história, mas na potencial existência de reservas de petróleo.

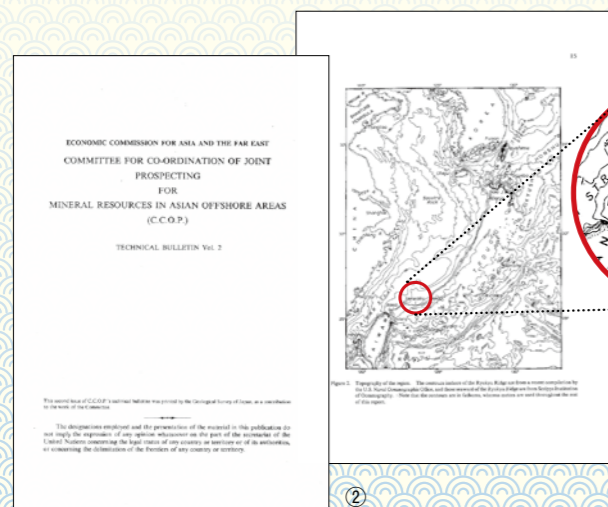
● A China tem enfatizado recentemente que não há relação geográfica entre o Japão e as Ilhas Senkaku devido à fossa oceânica conhecida como Okinawa Trough que existe entre as Ilhas Senkaku e as Ilhas Okinawa. Mas é claro, a partir dos territórios de outros países, que a topografia do fundo do mar nada tem a ver com direitos territoriais.



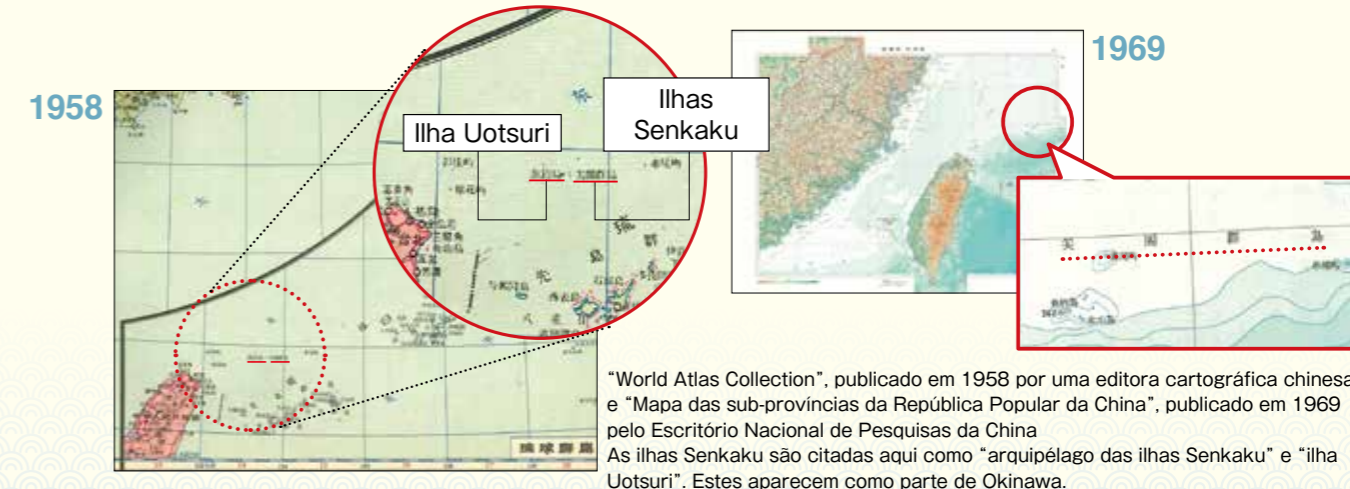
① Autoridades de Ryukyu reprimiram invasões ilegais às águas ao largo das ilhas Senkaku. (Foto: Kenji Higa)  
② O "Relatório ECAFE" (maio de 1969) indicou a possível existência de reservas de petróleo no Mar da China Oriental. Apesar do uso do nome "Senkaku", nenhuma objeção foi feita pela China ou por Taiwan.



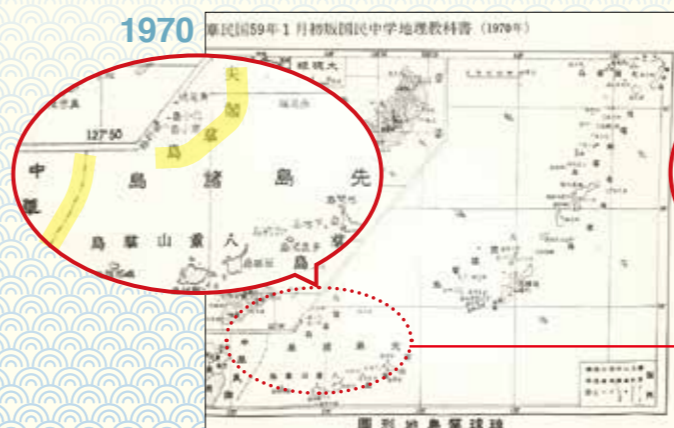
③ Um artigo da Central Daily News of Taiwan, de 13 de agosto de 1970. As ilhas foram descritas como "o arquipélago das ilhas Senkaku", não "Diaoyutai".



②



"World Atlas Collection", publicado em 1958 por uma editora cartográfica chinesa, e "Mapa das sub-províncias da República Popular da China", publicado em 1969 pelo Escritório Nacional de Pesquisas da China. As ilhas Senkaku são citadas aqui como "arquipélago das ilhas Senkaku" e "ilha Uotsuri". Estes aparecem como parte de Okinawa.



Um livro de 1970 chamou as ilhas de "o arquipélago das ilhas Senkaku". A fronteira se estende em linha reta ao norte.



Um livro de 1971 mudou o nome das ilhas para "ilhas Diaoyutai". A fronteira é curvada para nordeste.

# As alegações infundadas da China e de Taiwan sobre as ilhas



Alegação infundada

1

“O Diaoyu e as ilhotas adjacentes têm sido o território sagrado da China desde os tempos antigos.”

## A verdade

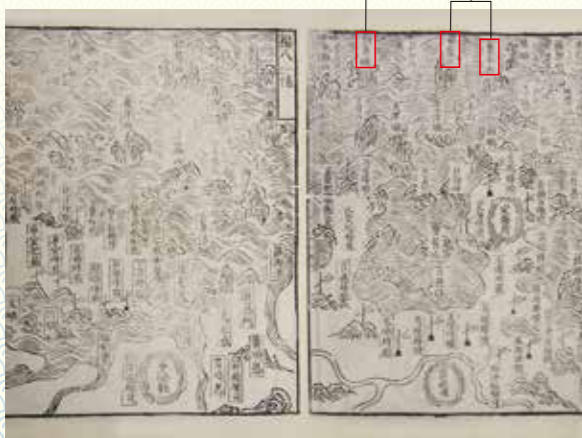
● A China afirma que as ilhas Senkaku têm sido território da China desde os tempos antigos. O governo da China e as autoridades de Taiwan afirmam que a China foi a primeira na história a descobrir as ilhas Senkaku porque há descrições das ilhas Senkaku em antigos documentos chineses e mapas, e que as ilhas Senkaku estão localizadas geograficamente próximas da China. No entanto, não está claro se a China realmente descobriu as ilhas antes de outros países. Em qualquer caso, a mera descoberta de uma ilha ou a proximidade geográfica não

constitui fundamento válido para a soberania territorial. Sob o direito internacional, a exibição contínua e pacífica da soberania com a clara intenção de posse do território é considerada necessária para a obtenção de título territorial. No entanto, não há nenhuma evidência por parte da China, de que o país já tivesse tal controle efetivo sobre as ilhas Senkaku.

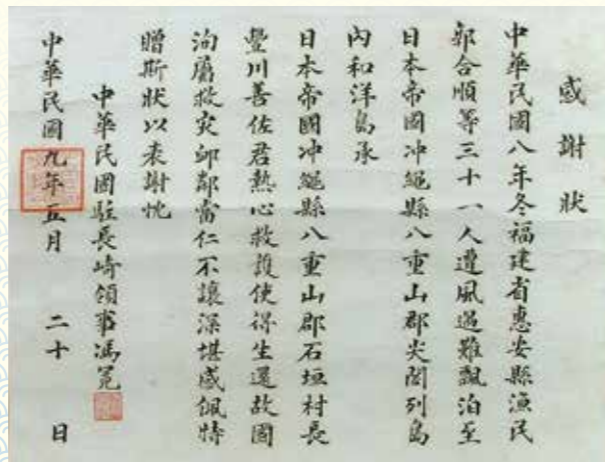
● Nenhum dos “documentos antigos”, a que a China se refere, pode ser considerado como fundamento para a soberania

As supostas ilhas Senkaku.

Ilhas perto de Taiwan que não foram incorporadas naquela ocasião.



“Um Compêndio Ilustrado da Segurança Marítima. (Chou Hai Tu Bian)”



Carta de agradecimento, datada de maio de 1920, enviada pelo cônsul da República da China em Nagasaki. A China reconhecia as ilhas Senkaku como território japonês. (Museu Yaeyama, Cidade de Ishigaki, Okinawa, Japão)

sobre as ilhas Senkaku. Por exemplo, a China argumenta que demonstrou a sua soberania sobre as ilhas Senkaku, a partir do fato de um mapa em “Um Compêndio Ilustrado sobre Segurança Marítima (Chou Hai Tu Bian)”, do século XVI, mostrar ilhas que a China alega supostamente serem as ilhas Senkaku. No entanto, o mapa também mostra as ilhas pertencentes a Taiwan, que não foram incorporadas à China naquele período. Isto prova que este “documento antigo” não fornece qualquer tipo de fundamento à argumentação chinesa.

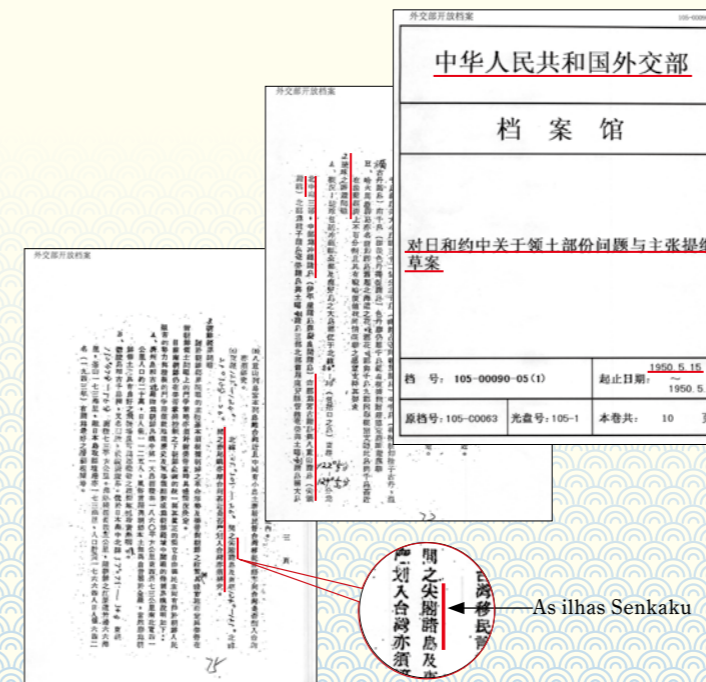
● Até o início dos anos 1970, a China reconhecia, de forma consistente, as ilhas Senkaku como parte da província de Okinawa, Japão.

Por exemplo, uma carta foi enviada pelo cônsul da República da China em Nagasaki, para agradecer aos cidadãos japoneses que salvaram alguns pescadores chineses na província de Fujian que estavam à deriva em torno das ilhas Senkaku, em 1919. A carta descreve claramente o local onde chegaram como “as ilhas

Senkaku, distrito de Yaeyama, província de Okinawa, Império do Japão”.

● Além disso, um registro de uma reunião interna sobre o Tratado de Paz com o Japão, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores chines em 1950, refere-se às ilhas Senkaku como as “Ilhas Senkaku”. As ilhas Senkaku sequer foram mencionadas na discussão de Okinawa.

Além disso, a partir da década de 1950, os militares dos Estados Unidos usaram parte das ilhas Senkaku (ilha Taisho e ilha Kuba) para área de treinamento de disparos / bombardeios, enquanto estavam sob a administração dos Estados Unidos, mas não há registro de que a China tenha alguma vez, protestado durante esse período. Também, em 1953, um artigo no People’s Daily, que é um órgão do Partido Comunista da China, incluiu explicitamente as ilhas Senkaku entre as ilhas Ryukyu, demonstrando claramente que a China reconhecia as ilhas Senkaku como território japonês na época.



Registro de uma reunião interna realizada pelo Ministério das Relações Exteriores da China, em 1950. A denominação “ilhas Senkaku” é utilizada no contexto de Okinawa, Japão. (Foto: Jiji)



Um artigo no People’s Daily, de 8 de janeiro de 1953, sob o título de “Batalha do Povo nas ilhas Ryukyu contra a Ocupação dos Estados Unidos”, escreveu que as Ilhas Ryukyu consistiam em sete grupos de ilhas, incluindo as ilhas Senkaku.

# As alegações infundadas da China e de Taiwan sobre as ilhas



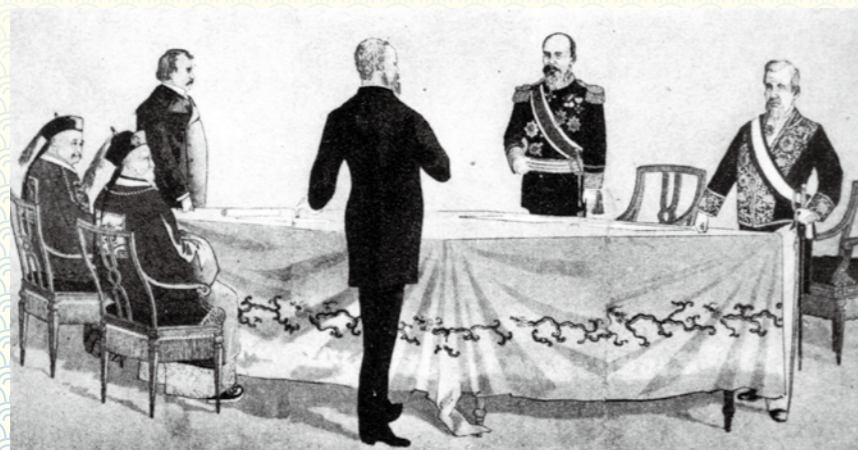
Alegação infundada

2

“Sob o ‘Tratado de Shimonoseki’ de 1895, as ilhas Senkaku foram cedidas ao Japão, como parte de Taiwan.”

## A verdade

- As ilhas Senkaku não eram controladas pela China em 1895. A China não poderia ceder a área que não estava sob seu controle.
- Embora o Tratado de Shimonoseki não defina os limites geográficos da ilha de Formosa e “as ilhas que cabem ou pertencem a Formosa”, cedidas ao Japão pela dinastia Qing da China, está claro a partir dos registros das negociações que as ilhas Senkaku não estavam incluídas na ilha de Formosa ou “as ilhas que cabem ou que pertencem a esta”.
- Mesmo antes da Guerra Sino-Japonesa, a partir de 1885, quando o Japão começou os estudos sobre as ilhas Senkaku, o Japão tinha empreendido preparos para incorporar formalmente



17 abril de 1895: Assinatura do Tratado de Shimonoseki. (Imagem: Aflo)

as ilhas Senkaku ao seu território, tendo cuidadosamente certificado que nenhum Estado, incluindo a dinastia Qing da China, detinha o controle sobre as ilhas. Seguindo a decisão do Gabinete, em janeiro de 1895, tomada antes da conclusão do Tratado de Shimonoseki, o governo japonês incorporou as ilhas Senkaku como parte de Okinawa e consistentemente tratou as mesmas como parte da província de Okinawa. As ilhas nunca estiveram sob a jurisdição do governador-geral de Taiwan, que havia sido cedido ao Japão após a Guerra Sino-Japonesa. Conforme explicado acima, a China reconhecia as ilhas Senkaku como parte de Okinawa e não as considerava como parte de Taiwan.

Alegação infundada

3

“As ilhas Senkaku foram revertidas à China como ilhas pertencentes a Taiwan, com base na Declaração do Cairo de 1943 e na Declaração de Potsdam de 1945.”

## A verdade

- Após a Segunda Guerra Mundial e até o início dos anos 1970, a China ou Taiwan jamais expressaram reivindicações sobre as ilhas Senkaku como “ilhas que cabem ou pertencem a Formosa”, a serem devolvidas sob a Declaração do Cairo e a Declaração de Potsdam. Isso atesta que não há sustentação na afirmação acima, que foi feita em retrospecto.
- Ainda, não há qualquer descrição acerca da transferência de soberania territorial das ilhas Senkaku na Declaração do Cairo ou na Declaração de Potsdam. Ademais, estas declarações eram documentos políticos que definiram a política básica

das Potências Aliadas para o pós-guerra. As disposições territoriais finais resultantes da guerra são baseadas em acordos internacionais, tais como os tratados de paz, e não em documentos políticos como as declarações acima mencionadas.

- Após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, foi o Tratado de Paz de São Francisco que lidou legalmente com o território do Japão. Os detalhes sobre o tratamento das ilhas Senkaku no âmbito do Tratado de São Francisco podem ser encontrados na Parte 2.



Conferência de Potsdam. (Foto: The Mainichi Shimbun)



Conferência do Cairo. (Foto: The Yomiuri Shimbun)

# As alegações infundadas da China e de Taiwan sobre as ilhas



Alegação infundada

4

“A posição e a abordagem do governo japonês sobre as ilhas Senkaku representam um grave desafio à ordem internacional do pós-guerra e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.”

Alegação infundada

5

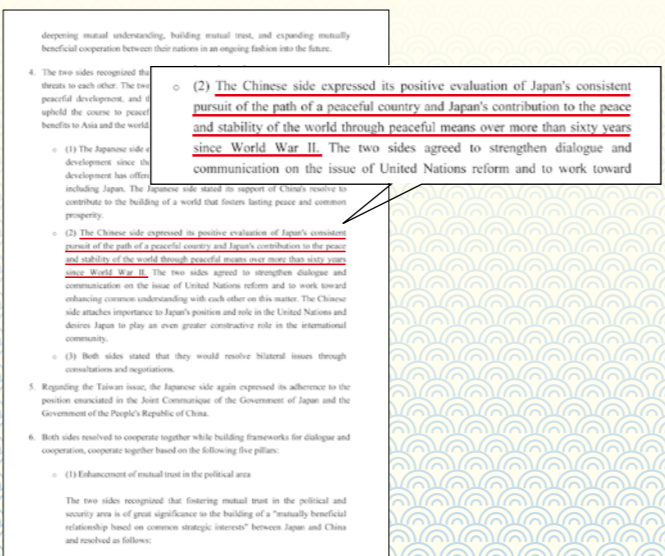
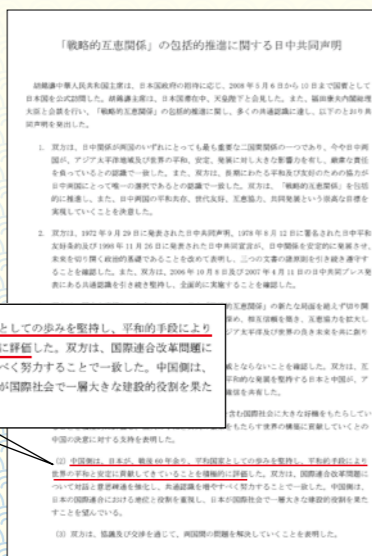
“Em 1972, quando as relações diplomáticas Japão-China foram normalizadas, e na conclusão do Tratado Bilateral de Paz e Amizade, em 1978, o Japão concordou em ‘engavetar’ a questão das ilhas Senkaku.”

## A verdade

● Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Japão confirmou continuamente, os princípios da liberdade, da democracia e do Estado de direito, e de fato, fez grandes contribuições para a paz e a prosperidade da comunidade internacional. A própria China manifestou a sua avaliação positiva a respeito da contribuição do Japão para a paz e a estabilidade mundiais através de meios pacíficos no período pós-guerra, na Declaração Conjunta Japão-China, assinada em 2008 pelos líderes de ambos os países. O

Japão continuará a proceder desta maneira, como uma nação pacífica.

● O Japão está e continuará comprometido em manter a sua posição sobre as ilhas Senkaku, respeitando a ordem internacional do pós-guerra, em alinhamento ao Tratado de Paz de São Francisco, e em concordância com o princípio do “estado de direito” com base na Carta das Nações Unidas.



Declaração Conjunta Japão-China

## A verdade

● Há registros de comentários por parte da China, que se referem unilateralmente ao “engavetamento” da questão. Por exemplo, na reunião de cúpula, em 1972, o premier Zhou afirmou: “Eu não quero falar sobre as ilhas Senkaku, não é bom discutir isto agora. Isto se tornou um problema por causa do petróleo lá fora. Se não houvesse petróleo, nem Taiwan nem os Estados Unidos fariam disso um problema”. Em 1978, o vice-premier Deng disse em conferência à imprensa: “Mesmo se... a questão fosse temporariamente engavetada, eu não acho que me importasse”. No entanto, não existe um problema a ser “engavetado” sobre as ilhas Senkaku, e, obviamente, o Japão nunca concordou em engavetar. É um absurdo que, com base

em um argumento unilateral da China, exista uma questão sobre a soberania territorial e o Japão concorde em “engavetar” tal problema.

● Outros fatos, como o estabelecimento pela China da Lei sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua, em 1992, reivindicando que as ilhas Senkaku eram território chinês e as repetidas tentativas de usar “a força” ou a coerção para mudar o status quo através do envio de navios pertencentes à Administração Oceânica Estatal da China ao redor das ilhas Senkaku desde 2008, contradizem a afirmação da China de que os países haviam concordado em “engavetar” o problema.



Setembro de 1972: O primeiro ministro Kakuei Tanaka (à esquerda) com o premiê Zhou Enlai durante a primeira reunião de cúpula em Pequim, na China. (Foto: Jiji)



Outubro de 1978: O primeiro ministro Takeo Fukuda (centro à direita), com o vice-premiê Deng Xiaoping (centro à esquerda) no hall de entrada do Palácio de Hóspedes do Governo, Tóquio. (Foto: Jiji)



# Tentativas unilaterais da China de mudar o status quo



## Atividades marítimas da China na região da Ásia-Pacífico e a reação do Japão

● Nos últimos anos, a China tem intensificado suas atividades marítimas nos oceanos próximos à China, impulsionado pelo seu crescimento econômico e expansão da força militar. Por exemplo, no Mar da China Meridional, a China assumiu o controle das ilhas Paracel como resultado direto do conflito militar com o Vietnã do Sul em 1974. Depois, em 1988, a China ocupou Johnson South Reef, nas ilhas Spratly, que estavam sob o controle do Vietnã. Em 1995, a China ocupou Mischief Reef nas ilhas Spratly, que era na época controlada pelas Filipinas. Além disso, em 2009, a China revelou oficialmente, pela primeira vez, a chamada “Linha das nove raias” para suas reivindicações sobre parte do Mar da China Meridional em uma área ampla sem qualquer fundamento jurídico. A China continuou a tentar, unilateralmente, mudar o status quo no Mar da China Meridional pela força ou coerção desde então. Ao entrarmos em 2020, a China continuou e fortaleceu as ações unilaterais que contrariam o estado de direito e a liberdade, como o anúncio do estabelecimento de novas regiões administrativas chamadas “Distrito Nansha” e “Distrito Xisha”, e uma maior militarização nos aterramentos. Também, a China tem realizado repetidos exercícios militares, lançamentos de mísseis e outras ações que aumentaram as tensões na região. A comunidade internacional, incluindo o Japão, tem expressado profunda preocupação com as tentativas de mudança unilateral do status quo e sua consumação.

A situação em torno das ilhas Senkaku no Mar da China Oriental pode ser visto como apenas um exemplo de intensificação das atividades marítimas da China na região da Ásia-Pacífico.

● Em 1992, a China promulgou a “Lei sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua”, decretando por lei, pela primeira vez, que além das ilhas Paracel e as ilhas Spratly no Mar da China Meridional, as ilhas Senkaku também eram parte do território chinês. Na verdade, a sua “Declaração sobre o Mar Territorial da China”, de 1958, não fez qualquer referência às ilhas Senkaku, e havia uma clara mudança na posição da China.

Em dezembro de 2008, houve um incidente em que dois navios pertencentes à Administração Oceânica Estatal da China, inesperadamente invadiram as águas territoriais do Japão em torno das ilhas Senkaku. O governo japonês empregou barcos de patrulha de sua Guarda Costeira e canais diplomáticos para lidar com a situação de uma forma resolvida. O incidente não foi apenas um ato em violação ao direito, mas também uma indicação de que a China começara a desafiar o status quo usando a força e coerção.

● Além disso, em setembro de 2010, uma traineira de pesca chinesa deliberadamente colidiu com navios de patrulha da Guarda Costeira do Japão em águas japonesas próximas às ilhas Senkaku.

Em agosto de 2012, ativistas civis oriundos de Hong Kong realizaram um desembarque ilegal nas Ilhas Senkaku. Desde então, embarcações pertencentes ao Departamento de Polícia Marítima e outros órgãos chineses têm entrado na zona contígua quase todos os dias, exceto em dias de tempestade, e têm invadido repetidamente as águas territoriais várias vezes ao mês, sob o pretexto de que o Japão transferiu a propriedade de três das Ilhas Senkaku (Uotsurishima, Kitakojima e Minamikojima) de cidadãos particulares para o Estado

em setembro de 2012.

Ademais, em junho de 2016, um navio de combate naval chinês entrou pela primeira vez na zona contígua ao redor das ilhas Senkaku. Em agosto do mesmo ano, aproximadamente 200–300 barcos de pesca chineses foram vistos nas águas que circundam as Ilhas Senkaku. Em seguida, embarcações pertencentes à Polícia Marítima e outros órgãos chineses entraram nas águas territoriais ao redor das Ilhas Senkaku. O número total de embarcações pertencentes ao Departamento de Polícia Marítima e outros órgãos do governo chinês que invadiram o mar territorial durante os quatro dias de 5 a 9 de agosto foi 28. O número de embarcações pertencentes ao Departamento de Polícia Marítima e outros órgãos do governo chinês que entraram simultaneamente na zona contígua chegou a um número máximo de 15 em 8 de agosto.

● Em dezembro de 2012, a China passou a realizar também incursões aéreas sobre as ilhas Senkaku. Uma aeronave governamental chinesa invadiu o espaço aéreo do Japão sobre as ilhas Senkaku, pela primeira vez naquele mês. Em novembro de 2013, a China designou o espaço aéreo sobre as ilhas Senkaku como a “Zona de Defesa de Identificação Aérea no Mar da China Oriental”, sugerindo que essa área fosse território da China. O governo chinês afirma que qualquer aeronave trafegando por essa zona deverá estar de acordo com as regras definidas pelo Ministério da Defesa Nacional da China, obrigando aeronaves que voam no espaço aéreo internacional, a respeitarem os seus procedimentos internos, e insinuando recorrer a “medidas defensivas de emergência” pelas forças armadas chinesas, caso essas aeronaves não sigam os procedimentos. Isto viola indevidamente a liberdade de voo no espaço aéreo internacional, que é o princípio geral do direito internacional. Como muitas rotas de voo de aeronaves civis são executadas em todo o espaço aéreo sobre o Mar da China Oriental, o governo japonês está

profundamente preocupado com as medidas do ponto de vista do seu impacto sobre a ordem e a segurança da aviação civil. Muitas outras nações e regiões, incluindo os Estados Unidos, a Austrália, a República da Coreia e a União Européia, expressaram preocupações semelhantes.

● Além disso, em janeiro de 2021, a China promulgou a Lei de Polícia Marítima, que estabelece a autoridade e os poderes do Departamento de Polícia Marítima. Esta lei contém disposições que são problemáticas do ponto de vista da coerência com a lei internacional, tais como águas ambíguas aplicáveis e autoridade para usar armas. Precisamos ficar atentos a esta lei para garantir que ela não prejudique os interesses legítimos dos países envolvidos, incluindo o Japão. Ao mesmo tempo, seja sob a Lei de Polícia Marítima ou qualquer outra lei, qualquer tentativa da China de exercer jurisdição em águas territoriais do Japão com base na lei interna da China é uma violação da soberania do Japão.

● Os navios de patrulha marítima chineses têm tentado persistentemente mudar unilateralmente o status quo nas proximidades das ilhas Senkaku através do uso da força, incluindo tentativas de aproximação de navios de pesca japoneses e incursões de navios que transportam armas em águas territoriais. Os Estados Unidos declararam seu compromisso com a defesa do Japão, incluindo a aplicação do Artigo V do Tratado de Segurança Japão-EUA às Ilhas Senkaku, e sua oposição a qualquer ação unilateral que prejudique o controle do Japão sobre as ilhas. O Japão agirá com firmeza e serenidade para lidar com o desafio da China sobre as ilhas Senkaku a fim de manter a ordem internacional baseada no estado de direito, nos termos do direito internacional, incluindo o Tratado de Paz de São Francisco em cooperação com os Estados Unidos e outros países envolvidos.



A expansão da influência chinesa no Mar da China Oriental e no Mar da China Meridional.

**1958**  
 中华人民共和国政府宣布  
 (一) 中华人民共和国的领海宽度为12海里。这项规定适用于中华人民共和国的一切领土，包括中国大陆及其沿海岛屿，和同大陆及其沿海岛屿隔有公海的台湾及其周围各岛、澎湖列岛、东沙群岛、西沙群岛、中沙群岛、南沙群岛以及其他属于中国的岛屿。

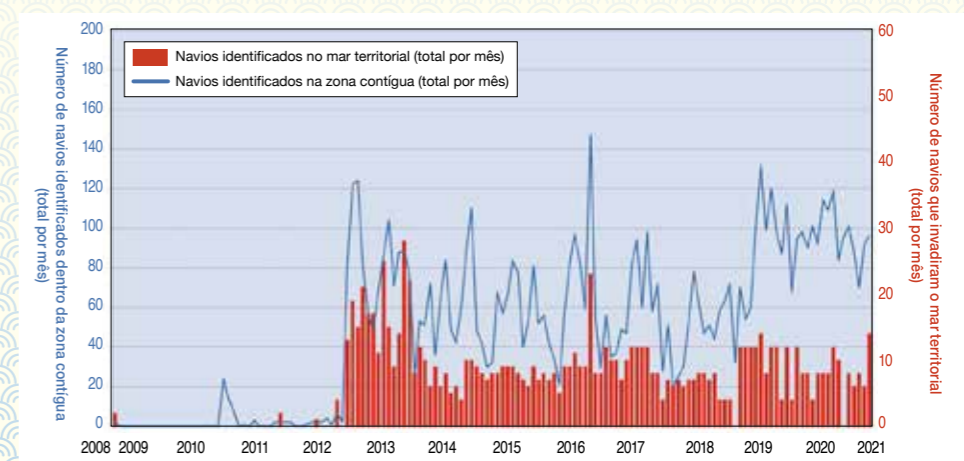
**1992**  
 第二条 中华人民共和国领海为邻接中华人民共和国陆地领土和内水的一带海域。  
 中华人民共和国的陆地领土包括中华人民共和国大陆及其沿海岛屿、台湾及其包括钓鱼岛在内的附属各岛、澎湖列岛、东沙群岛、西沙群岛、中沙群岛、南沙群岛以及其他一切属于中华人民共和国的岛屿。  
 中华人民共和国领海基线向陆地一侧的水域为中华人民共和国的内水。

Comparação entre a Declaração de 1958 sobre o Mar Territorial da China (acima) e da Lei de 1992 sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua (abaixo). A referência às ilhas Senkaku surgiu repentinamente no documento abaixo.



Um navio de patrulha da Guarda Costeira japonesa, “Suzuka”, patrulhando o entorno da ilha Uotsuri. (Foto tirada de um avião de patrulha da Guarda Costeira do Japão) (Foto: Jiji)

O número de embarcações pertencentes ao Departamento de Polícia Marítima Chinesa e outros órgãos que adentraram na zona contígua do Japão ou invadiram o mar territorial em torno das ilhas Senkaku



Fornecido pela Guarda Costeira do Japão



Ilha Uotsuri, no município de Ishigaki, na província de Okinawa  
(Foto: Secretariado do Gabinete)

As Ilhas Senkaku são, inquestionavelmente, tanto à luz da história como do Direito Internacional, territórios inerentes ao Japão, sobre as quais o Japão mantém controle efetivo. Sendo assim, não há disputas de soberania territorial a serem resolvidas acerca das Ilhas Senkaku. As atividades de navios de patrulha marítima da China em nossas águas territoriais ao redor das Ilhas Senkaku, que fazem afirmações infundadas, constituem violações do Direito Internacional e nunca podemos aceitá-las.

Com relação à posição do Japão e nossa forte preocupação com a tentativa unilateral da China de mudar o status quo, o Governo do Japão, incluindo o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, fez representações à China em alto nível e exortou-a fortemente a tomar medidas. O Governo do Japão continuará a lidar com a situação com serenidade e determinação, afirmando o que precisa ser dito, com base em sua determinação de proteger resolutamente o território, as águas territoriais e o espaço aéreo do Japão.

Para saber  
mais acesse  
aqui



"As Ilhas Senkaku",  
página do Ministério  
dos Negócios  
Estrangeiros do Japão



Museu Nacional  
do Território  
e Soberania